

APÓS “APAGÃO” NA JUSTIÇA ELEITORAL, SERVIDORES SUSPENDEM GREVE. ASSEMBLEIA NA QUARTA DEFINE NOVO CALENDÁRIO DE LUTA

Mobilização criou pressão sem precedentes sobre a cúpula do Judiciário, categoria faz recuo tático para construir novo calendário em unidade com todo o país.



05/07/2012 - Em frente ao TRE servidores mantêm mobilização e unidade pela aprovação do PCS

Havia quase 10 anos que o Tribunal Regional Eleitoral não paralisava as suas atividades com tanta força como aconteceu entre 28 de junho e 05 de julho. Foi nesse “apagão”, que fez pressão sem precedentes sobre partidos e políticos e ameaçou a inscrição dos candidatos às eleições de outubro na maior capital do país, que a categoria deu o seu recado à cúpula dos tribunais, aos parlamentares e ao governo Dilma Rousseff: “Sem negociação, não vai haver eleição”.

Após oito dias de greve e pressão intensa sobre a cúpula do Judiciário a categoria realizou assembleia, na quinta-feira (05), data final para o registro de candidaturas e decidiu suspender a greve. Foi um recuo tático para acumular forças e melhor organizar a retomada da luta. Nova assembleia será na quarta-feira, dia 11, 14h, em frente ao TRE, na capital.

Assembleia

Na assembleia, praticamente metade dos servidores defendiam a

manutenção da greve por tempo indeterminado, a maioria do TRF/JF e TRT. Já a outra metade, onde predominavam servidores do TRE, defendia o reinício da mobilização em agosto, quando a mobilização da categoria poderia ter mais poder de pressão sobre outros prazos importantes do calendário eleitoral.

Apesar da diferença, o sentimento na assembleia era de construir a unidade entre todos que participaram desta primeira etapa da luta, valorizando o poder de pressão dos servidores do TRE que, quando se movem com força e unidade em ano eleitoral como este, influenciam e determinam favoravelmente o resultado de nossas batalhas.

“Demos passos importantes, mandamos um recado (ao governo e aos tribunais), mas não podemos abrir mão da unidade entre nós”, disse Fausta Fernandes, da JF de Taubaté e diretora do Sintrajud, em nome do Comando de Greve.

A greve foi resultado de uma semana de intenso trabalho e mobilização no maior TRE do país. Que foi cons-

truído com muito esforço e trabalho de base pelo Sintrajud e já começa a mostrar resultados. Ela ganhou força quando os próprios servidores do TRE passaram a se organizar. “Os grupos passaram a percorrer as salas e os andares. Esse trabalho surtiu efeito, e a paralisação (no TRE) foi quase completa”, descreveu um servidor da Justiça Eleitoral.

Primeiro passo

A pressão sobre o registro de candidaturas foi apenas uma primeira etapa. A partir de agora, a categoria tem grandes possibilidades de incidir sobre as outras fases da preparação das eleições, que passam pela instalação e carga dos programas nas urnas, julgamento dos processos de cada uma das candidaturas inscritas, alimentação dos sistemas de dados e também sobre a própria eleição em si. Mesmo após as eleições, se fosse o caso, há a fase de prestação de contas pelos candidatos, que devem ser julgadas antes da diplomação dos eleitos.

“A Justiça Eleitoral e os servidores

que nela trabalham cumprem papel determinante na construção de nossa luta neste ano, podendo influir decisivamente para garantir a aprovação do PCS”, avalia Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud que junto com o diretor Mauricio Rezzani, que é servidor do TRE, vêm fazendo o trabalho de organização dentro daquele tribunal. Para ele, a pressão sobre o Poder Judiciário apenas começou. “Estamos fazendo esse recuo de forma organizada para podermos retomar a mobilização com mais força, junto com todo o país, para vencermos o congelamento salarial”, definiu.

A administração do TRE bem que tentou acabar com paralisação. Valeu-se, por exemplo, de uso excessivo contingente da Polícia Militar, com intenção de intimidar. Também usou de ato ilegal, ameaçando retirar as FC’s e CJ’s dos chefes que aderiram ao movimento. Todos os ataques foram prontamente rechaçados e foi dado o recado que qualquer tentativa de retaliação individual ou coletiva será respondida com a retomada da greve imediatamente.

'Apagão' contra 'reajuste zero' atinge TRE e TSE em quase 80% do colégio eleitoral do país

Greve e paralisações pelo PCS-4 atingem 18 estados mais o Distrito Federal na semana de registro dos candidatos; mobilizações devem continuar

O 'Apagão' nacional promovido pelos servidores do Judiciário Federal e do MPU na quarta (4) e quinta-feira (5) paralisou e mobilizou a Justiça Eleitoral em estados que juntos representam quase 80% do colégio eleitoral do país. É o que aponta levantamento da reportagem com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral e informações dos sindicatos e da federação nacional (Fenajufe).

O movimento envolveu pelo menos 18 estados e o Distrito Federal, paralisando em determinados momentos ou atrapalhando, em maior ou menor grau, o registro de

candidaturas para as eleições municipais de outubro. O protesto pelo fim do congelamento salarial e a aprovação do plano de cargos ocorreu nos dois últimos dias do prazo para que os partidos registrassem os seus candidatos.

As ameaças de repressão e a tentativa de criminalizar o movimento não conseguiram impedir a mobilização, que deve continuar. A greve e a paralisação por 48 horas ou mais reuniram os cinco dos maiores colégios eleitorais do país. Ao todo, paralisaram suas atividades por 48 horas ou mais os servidores de 14 estados mais o Distrito Fede-

ral: São Paulo, Mato Grosso e Paraíba (por tempo indeterminado); Mato Grosso do Sul (de 2 a 5 de julho); Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Piauí, Goiás, Maranhão, Acre e Tocantins (48h). Houve paralisações de algumas horas em Pernambuco, Pará/Amapá e Santa Catarina.

O maior colégio eleitoral do país é São Paulo, onde estão 22% dos eleitores (31,2 milhões) e a categoria já estava em greve por tempo indeterminado, suspensa na assembleia realizada ao final da tarde de quinta-feira (5). Logo em seguida vem Minas Gerais

(10,7% - 15 milhões), Rio de Janeiro (8,4% - 11,8 milhões), Bahia (7,1% - 10 milhões) e Rio Grande do Sul (5,9% - 8,3 milhões). Em Brasília, a paralisação voltou a atingir o TSE e o TRE.

'Apagão' põe PCS em foco

O protesto nacional preocupou a cúpula do Judiciário, ao ponto de a ministra Cármen Lúcia, presidenta do TSE, ter reunido presidentes de todos os tribunais regionais eleitorais para tratar do assunto na manhã de terça-feira (3). Neste mesmo dia, ela recebeu dirigentes da Fe-

najufe, também tendo o tema na pauta. O diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquíades, o Melqui, defendeu o "Apagão" e a necessidade de manter as mobilizações: "As negociações entre o STF e o Palácio do Planalto ainda são uma incógnita. É só em ano eleitoral que o governo lembra que existimos. O apagão na Justiça Eleitoral é um passo necessário para que o governo acelere as tratativas com o Poder Judiciário. Não temos escolha. A necessidade está impondo essa atitude drástica", disse o servidor, que integra a comissão de negociação da federação.

Em frente ao cartório da 1ª ZE, ato do funcionalismo unifica vários setores em greve

No final da atividade os servidores "lavaram" a calçada da 1ª Zona Eleitoral contra a decisão do TSE de liberar os "contas sujas" para disputar as eleições.

"Não dá, não dá para aceitar, sem salário e sem direitos a greve vai continuar". Essa foi a palavra de ordem dos servidores públicos federais em greve durante a passeata que aconteceu na tarde desta quinta-feira (05).

Servidores da Saúde, Previdência, IBGE, Ministério Público da União, Judiciário Federal, técnicos administrativos, professores e estudantes universitários, em ato realizado na frente da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, reafirmaram a unidade de todo funcionalismo para por fim a intransigência do governo Dilma e sua política de reajuste "zero".

O ato começou em frente à sede do TRE e seguiu em passeata até a 1ª Zona Eleitoral, onde centenas de servidores do Judiciário Federal já estavam mobilizados para impedir os registros de candidaturas.

As várias falas expressaram a indignação dos servidores com a postura intransigente do governo do Dilma Rousseff. A servidora Jeruza Souza, representando o comando de greve do IBGE criticou a mesa de 'negociação' "que na verdade não negocia nada". "A intransigência do governo Dilma impulsionou a categoria à greve", disse. Segundo a servidora, 14 estados estão em greve.

Representando a Central Sindical e Popular, CSP-Conlutas, o dirigente Filipe que é da base da Previdência Social fez duras críticas ao governo que tenta com promessas falsas desmontar as greves em curso. "A política deste governo é de arro-

cho para o funcionalismo. Ele diz que só negocia com categorias que não está em greve, mas isso é uma grande mentira, porque este governo não negocia com ninguém, estando ou não em greve", denunciou.

O dirigente também destacou a realização da terceira marcha dos servidores públicos federais em Brasília. As categorias irão exigir a abertura, de fato, das negociações com o Executivo. A atividade acontece no dia 17 de julho, véspera do recesso parlamentar.

Em nome dos servidores do Judiciário Federal de todo o país, Ana Luzia Figueiredo Gomes, diretora licenciada da Fenajufe, destacou a importância da greve da categoria e sua finalidade. "Estamos numa greve histórica de nossa categoria, paramos os TRE's de 19 estados e o TSE para impedir o registro dos candidatos para as eleições".

Ana também falou da importância da unidade do funcionalismo que vem construindo uma greve nacional. "A nossa luta é a luta de todos os servidores públicos federais, além das nossas pautas específicas a nossa luta é pela valorização dos serviços públicos que vem sendo sistematicamente destruídos pelo governo", afirmou.

Servidores lavam calçada contra os "contas sujas"

No final do ato em frente à 1ª ZE, os servidores realizaram uma lavagem simbólica na calçada da



Justiça Eleitoral em repúdio a decisão do TSE que liberou os "contas sujas" para as eleições de 2012. "Vamos tirar a lama e a sujeira deixadas pelos políticos corruptos que passaram por aqui para fazer o seu registro", disseram os servidores que jogaram água, sabão e esfregaram a calçada em frente ao prédio.

FORMAÇÃO

Direito e Revolução (Pachukanis, Stutchka, Vichinsky), será o próximo tema a ser abordado pelo ciclo de palestras.

A atividade acontece dia 10 de julho, às 19h30, no auditório do Sintrajud.

A palestra será ministrada por Thiag o Lion que é mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Políticas Públicas do Governo de São Paulo, Membro do Conselho Editorial da Re-

vista Crítica do Direito.

Interessados devem se inscrever na Secretaria, pelo telefone (11) 3222-5833, para a obtenção da comprovação de participação a ser considerada como adicional de qualificação.

SOCIOCULTURAL

Oficina "Teatro e Militância", dia 12, às 20h, na sede do Sintrajud. O curso será ministrado por Carlos Ricardo, ele participou da fundação do PSTU, foi diretor do Sindicato dos Artistas.

Oficina "Teatro Brasilei-

ro: Da Colônia à Contemporaneidade", dia 19, às 20h. A palestrante será Lúcia Capuani, ela é Mestre em Artes pela ECA- Escola de Comunicações e Artes da USP e Docente em História do Teatro na Faculdade Paulista de Artes.